

SERÁ GUERRA?

Felipe Brito, André Villar e Javier Blank

Isso é uma guerra. É uma guerra e guerra tem de ser enfrentada como guerra. Direitos humanos devem ser respeitados sempre, é nossa filosofia. Mas isso é uma guerra.

*Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro,
11 de novembro de 2007*

Além de conseguirmos o objetivo de tomar o território, se derrubou uma crença de invencibilidade. [...] Não vencemos a guerra, vencemos a mais importante e difícil batalha.

*José Mariano Beltrame, secretário de Segurança Pública
do Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2010*

Entre 1980 e 2010, o Brasil registrou 1.091.125 de mortos por homicídio, uma média de 4 vidas dizimadas por hora. De 11,7 homicídios por 100 mil habitantes, em 1980, passamos para 26,2, em 2010. Um aumento real de 124%¹. Situando-nos na faixa de mais de 50 mil homicídios por ano, alcançamos a tétrica posição de sexto país com mais mortes violentas no mundo²; se considerarmos apenas os casos de jovens entre 15 e 24 anos, pulamos para a quinta colocação, com 51,6 homicídios por 100 mil habitantes³. Esta-

¹ Informações retiradas de Júlio Jacobo Waiselfisz, *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil* (São Paulo, Instituto Sangari, 2011), que, por sua vez, baseou-se no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf>; acesso em abr. 2013.

² Eduardo Sales de Lima, “Limbo legal da segurança particular”, *Brasil de Fato*, 8 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/content/limbo-legal-da-seguran%C3%A7a-particular>>; acesso em abr. 2013.

³ Gelsom Rozentino de Almeida, “A violência no Rio de Janeiro: perdas e possibilidades”, *Revista História e Luta de Classes*, n. 11, 2011, p. 14-9.

dos Unidos, França, Alemanha e Inglaterra registraram respectivamente 6, 0,7, 0,6 e 0,3 homicídios por 100 mil habitantes⁴. À frente do Brasil encontram-se apenas El Salvador, Colômbia, Guatemala, Venezuela e Ilhas Virgens⁵. Os ecos da escravidão ainda retumbam implacavelmente no quadro brasileiro de homicídios: em 2002, foram assassinados 46% mais negros do que de brancos; em 2008, essa proporção saltou para 103% – isto é, para cada três mortos no Brasil, dois eram negros. Na Paraíba, são mortos 1.083% mais negros do que brancos; em Alagoas, essa proporção é de 974% e, na Bahia, 439,8%. Até mesmo os suicídios ecoam a escravidão, na medida em que, entre os negros, tiveram um aumento de 51,3% e, entre os brancos, de 8,6%⁶.

A distribuição espacial dos homicídios no Brasil é assimétrica: algumas localidades apresentam taxas equivalentes às menores do mundo, ao passo que outras, às maiores. O peso da seletividade, por conseguinte, é econômico, étnico e espacial.

As mortes em massa por homicídio no Brasil acomodaram-se ao funcionamento cotidiano do regime democrático em voga no país. Contudo, formam um painel social tão horripilante que ultrapassa, em termos de média anual, o somatório de mortes dos doze maiores conflitos armados no mundo. É o que atesta o “Relatório sobre o peso mundial da violência armada”, que mapeou as mortes provocadas por 62 conflitos armados espalhados pelo mundo entre 2004 e 2007⁷. Num cômputo geral de 208.349 mortes, os doze maiores conflitos mundiais foram responsáveis por 169.574. No Brasil, não há guerras civis nem enfrentamentos étnicos e/ou religiosos oficialmente declarados ou reconhecidos. Não obstante, há uma torrente

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ Cynara Menezes, “Ecos da escravidão”, *CartaCapital*, São Paulo, 9 mar. 2011, p. 24-7.

⁷ Esses conflitos dizem respeito a Iraque, Sudão, Afeganistão, Colômbia, República Democrática do Congo, Sri Lanka, Índia, Somália, Nepal, Paquistão, Caxemira, Israel e territórios palestinos. Cf. Julio Jacobo Waiselfisz, “Mapa da violência 2012”, cit.

de 192.804 vítimas, bem próxima, aliás, do total de mortes provocadas pelos 62 conflitos supracitados⁸.

O Rio de Janeiro, cuja polícia é a que mais mata e morre no mundo, sempre teve participação abundante no morticínio brasileiro. A cidade e a região metropolitana do Rio de Janeiro computaram 62,2 homicídios por 100 mil habitantes em 1990, 70,6 em 1995 e 56,7 em 2000. Enquanto o governo estadual e a fatia apologeta da sociedade civil carioca alardeavam um decréscimo em torno de 28% dos homicídios nos últimos anos (de 7.099 em 2006 para 5.064 em 2009), eis que o tino de pesquisador competente de Daniel Cerqueira, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), identificou fortes indícios de “má classificação e manipulação dos dados”⁹. O número oficial de homicídios no Rio de Janeiro manteve-se relativamente estável de 2006 a 2009, ao passo que a quantidade de “óbitos por causa indeterminada” aumentou de modo considerável. Em 2009, o número de homicídios registrados oficialmente foi de 5.064 e o de “homicídios ocultos” foi de 3.165, num total de 8.229 óbitos por homicídio. Embora possua apenas 8% da população nacional, o Rio de Janeiro foi responsável por 27% das mortes violentas provocadas por causas externas “indeterminadas” em todo o país¹⁰.

O fato é que o Rio de Janeiro apresenta várias semelhanças com outras áreas urbanas saturadas de conflitos armados, algumas oficialmente em “estado de guerra” e outras em “estado de paz” (ou, pelo menos, de ausência oficial de guerra). Além disso, é um significativo laboratório de regulação social armada, que abarca dimensões variadas e relacionadas entre si: a tendência da política de se converter em

⁸ Esses índices assustadores não se explicam pelas dimensões do Brasil. Paquistão e Índia, que têm, respectivamente, 185 milhões e 1,21 bilhão de habitantes, apresentam índices de homicídios bem menores.

⁹ Daniel Cerqueira, “Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro”, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 21 out. 2011, p. 1. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/files/MortesViolentasNaoEsclarecidasImpunidadeNoRioDeJaneiro.pdf>>; acesso em abr. 2013.

¹⁰ Idem.

“política de segurança”, ou seja, de se referenciar progressivamente pelo vetor da “segurança”; a tendência do regime democrático de se reproduzir como “estado de exceção” (que inclui o “urbanismo de exceção” praticado no bojo dos megaeventos esportivos e culturais); a gestão policial/militar dos territórios; a *war on drugs* [guerra às drogas] na esteira de um vasto entrelaçamento entre licitude e ilicitude que abarca o tráfico de armas (com participação de agentes do Estado); a atribuição do “poder de polícia” às Forças Armadas e a crescente intervenção destas em conflitos internos; o processo de militarização das polícias; a expansão das guardas municipais “policializadas” e organizadas em estrutura militar; a hipertrofia do mercado de segurança e da *indústria do controle do crime*; a privatização da segurança e das intervenções vigilantes-repressivas-punitivas; a infiltração da “lógica da segurança” na sociedade civil; a avassaladora promoção e naturalização da experiência cultural da violência, entre outros.

O laboratório de regulação armada surge num contexto de mudanças profundas nas configurações específicas da violência que caracterizaram o padrão clássico de guerra na modernidade capitalista. Essas mudanças geraram uma série de análises, transmitidas por um mosaico de (re)conceituações: “novíssimas guerras”, “guerra assimétrica”, “guerra irregular”, “guerra molecular”, “estados de violência” etc.¹¹ Podemos divisar uma linha de continuidade, não obstante as diferenças, entre os fenômenos de violência (e de “governança” em meio e com o recurso à violência) em diversas partes do mundo, como Porto Príncipe, Bogotá, Cidade do México, São Salvador, Cisjordânia, Faixa de Gaza, Bagdá, Cabul, Somália, Ruanda e Congo. A própria diplomacia norte-americana, num telegrama enviado do Brasil para o governo estadunidense, assinala as semelhanças entre a “pacificação” vigente de determinadas favelas cariocas, por intermédio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e

¹¹ O alcance dessas modificações levou alguns pesquisadores a enunciar o “fim da guerra” e sua conseqüente substituição por inéditos estados de violência. Ver Frédéric Gros, *Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra* (São Paulo, Ideias e Letras, 2009).

a doutrina da contrainsurgência empregada no Iraque e no Afeganistão. O pesquisador Eduardo Teixeira destacou trechos reveladores desse telegrama, publicado no WikiLeaks:

O Programa de Pacificação de Favelas compartilha algumas das características da doutrina e da estratégia de contrainsurgência dos EUA no Afeganistão e no Iraque. O sucesso do programa dependerá, em última instância, não apenas de uma efetiva e duradoura coordenação entre a polícia e os governos estadual/municipal, mas também da percepção dos moradores das favelas quanto à legitimidade do Estado. [...] Outro fator significativo para que o projeto seja bem-sucedido é o quão receptivos serão os moradores das favelas para assumirem as suas responsabilidades cívicas, tais como pagar por serviços e taxas legítimas. O lugar-tenente do Bope [Batalhão de Operações Policiais Especiais], Francisco de Paula, o qual também é residente da favela do Jardim Batan [favela controlada por “milícias” antes da Unidade de Polícia Pacificadora – UPP], contou-nos que muitos da sua comunidade resistiam à ideia de terem que passar a pagar taxas mais elevadas por serviços como eletricidade e água, outros providos por fontes piratas. Carvalho [José Vieira de Carvalho Júnior] também disse que os seus oficiais encontraram uma confusão generalizada entre os moradores que, até agora, vinham pagando por eletricidade e TV a cabo providas por fontes clandestinas. “É muito difícil para eles ter que pagar, de uma hora para outra, por serviços que antes eles recebiam por menos ou até mesmo de graça”, disse ele. Carvalho também se lamentou pela mentalidade dominante entre os moradores de favelas que viveram por décadas sob o controle de grupos de narcotraficantes. “Esta geração está perdida”, disse ele. “Precisamos nos concentrar nas crianças através da promoção de programas de esporte e educação.” [...] Assim como na contrainsurgência, a população do Rio de Janeiro é o verdadeiro centro de gravidade. [...] Um dos principais desafios deste projeto é convencer a população favelada que os benefícios em submeter-se à autoridade estatal (segurança, propriedade legítima da terra, acesso à educação) superam os custos (taxas, contas, obediência civil). Assim como para a doutrina de contrainsurgência americana, não devemos esperar por resultados do dia para a noite. [...] Se, contudo, o programa conquistar “mentes e corações” nas favelas e continuar a gozar do apoio genuíno do governador e do prefeito, amparado pelas empresas privadas seduzidas pela perspectiva de reintegrar um milhão de moradores das favelas para os mercados formais, então este programa poderá

refazer o tecido econômico e social do Rio de Janeiro. O posto [diplomático] irá trabalhar ao lado das autoridades estatais relevantes para facilitar trocas, seminários e parcerias institucionais visando este fim.¹²

Se se trata de “contrainsurgência carioca”, quem desempenha o papel de “insurgente”? Levando em conta os discursos e as práticas governamentais, além da dramatização espetacular da violência promovida pela grande mídia, encontramos a resposta sem dificuldade: os varejistas de drogas instalados nas favelas, embora não tenham nenhuma pretensão de derrubar o poder estatal posto para estabelecer um novo Estado dentro de outra ordem social e não obstante o confronto armado com a autoridade estatal ter o estrito intuito de viabilizar as finalidades econômicas do comércio de substâncias ilícitas. Mas, como avaliou a diplomacia estadunidense, os alvos não são apenas os “insurgentes”. O escopo é mais amplo.

As “operações contrainsurgentes” devem conter mecanismos de imantação social da massa de indivíduos com pouco ou nenhum dinheiro, e esses mecanismos funcionam sob o auspício das armas. Logo, não é fortuita a identificação da “pacificação” via UPPs com a doutrina da contrainsurgência. As UPPs, sob o auspício da intervenção armada, visam a população favelada e mantêm a posição iníqua e subalternizada que lhe foi destinada no edifício social. Paramentadas por fileiras de organizações não governamentais (ONGs), entre outras coisas, as UPPs veiculam um modelo de cidadania mediado pelo consumo e, em meio à lentidão das políticas públicas, preparam o caminho para a proliferação de serviços pagos e estimulam a ideologia do “empresariamento de si mesmo”, explorando o “potencial econômico turístico” e a imagem de “favela S.A.” para encaixá-la como “mercadoria exótica” em algum nicho multiculturalista de mercado. As UPPs visam os poderosos agentes de mercado, na medida em que turbinam a especulação imobiliária no “asfalto” e no interior das próprias favelas e asseguram mão de obra

¹² Citado em Eduardo Tomazine Teixeira, A “doutrina da pacificação”, 13 jan. 2011. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2011/01/34214>>; acesso em abr. 2013.

abundante e barateada. Toda essa verve mercadológica e privatista é parte constitutiva do rebaixamento da forma política a um “departamento da grande empresa em que o mundo se transformou”¹³.

É importante lembrar que a renitente intervenção militar brasileira no Haiti, executada por intermédio da Minustah, mantém vinculações diretas com o laboratório carioca de “administração” socioespacial armada, com forte viés militarizado e identificado, conforme foi dito, como espaço de execução de “técnicas contrain-surgentes”. Por mais de uma vez, tal intervenção militar foi considerada pelas autoridades brasileiras uma oportunidade privilegiada de as Forças Armadas (re)adestrarem-se para os “conflitos urbanos internos” (com as emergentes “atribuições policiais”, ora assumidas, ora disfarçadas) em nome da chamada “garantia de lei e ordem”. As incursões militares na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão, no fim de novembro de 2010, valeram-se da experiência no Haiti, que inclui, por exemplo, uso intensivo de patrulhamento e buscas e apreensões em residências. Não por acaso o comandante das operações, general Fernando Sardenberg, foi um dos comandantes da Minustah. Esses vasos comunicantes entre Haiti e Rio expressam a confusão tendencial de “violência bélica” com exercício do “poder de polícia”, isto é, a normalização e a normatização de incursões bélicas como “operação de polícia” e a normalização e a normatização de operações de polícia como “incursões bélicas”. Isso reflete a demanda em curso de um *know-how* de execução e gestão da “guerra” em espaço e ambiência civis. Diante desse cenário, as polícias tendem a se “militarizar” e as Forças Armadas a se “policializar” (sem perder a vértebra militar), promovendo ações conjugadas (sob o comando das Forças Armadas). Incursões nas comunidades pauperizadas da cidade do Rio de Janeiro – assim como a atual gestão diretamente policial/militar de alguns desses espaços urbanos – seguem essa tendência. Mas a última grande incursão na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão e a gestão militarizada desses espaços con-

¹³ Marildo Menegat, *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie* (Rio de Janeiro, Relume Dumará/Faperj, 2003), p. 220.

densaram essa propensão num grau inaudito e apresentaram características novas.

Merecem registro algumas iniciativas institucionais voltadas para a (re)adaptação de atribuições e organização das Forças Armadas brasileiras. Diante do insistente clamor de setores diversos da sociedade brasileira e várias convocações das Forças Armadas para que exercessem, no âmbito interno do país, o “poder de polícia”, o Exército transformou a 11ª Brigada de Infantaria Blindada em 11ª Brigada de Infantaria Leve – Garantia de Lei e Ordem, pautado no Decreto n. 5.261, de 3 de novembro de 2004. Sediada em Campinas, a brigada incumbe-se de atuar em missões de “garantia de lei e ordem”. Ou seja, o governo federal criou, por decreto, uma brigada de infantaria para *intervir* (a despeito das tergiversações e dos eufemismos, esse é o termo adequado) nos estados da federação, sem a necessidade de um decreto de intervenção. Numa federação, os entes federados não possuem soberania – esse atributo indivisível é da República Federativa do Brasil –, mas gozam de autonomia, conforme prescrições constitucionais. Por isso, a invasão da União na esfera autônoma dos entes federados caracteriza ilegalidade e desestabilização institucional (ou, pelo menos, deveria caracterizar, segundo os cânones constitucionais)¹⁴. No fim de 2008, o Ministério da Defesa anunciou a “Nova estratégia de defesa nacional”, composta por uma regulamentação da “Garantia de lei e ordem” que dá mais espaço às Forças Armadas para “combater a criminalidade” e exercer o “papel de polícia” nas ruas das cidades brasileiras. Representantes do Exército anunciaram a existência de um “Plano de segurança integrada” na esteira da ocupação militar da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, formalizando a possibilidade de atuar não apenas no Rio de Janeiro, mas em qualquer outro estado da federação.

Vale lembrar que é atribuição das polícias militares a “polícia ostensiva” e a “preservação da ordem pública”, conforme registrado no artigo 144, § 5. Esse artigo discrimina, com exatidão, os órgãos que

¹⁴ O capítulo VI do título III da Constituição Federal de 1988 (artigos 34, 35 e 36) trata da *intervenção*.

devem garantir a “segurança pública”. São eles: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares. Todavia, a atribuição constitucional das Forças Armadas de “garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (artigo 142) enseja lacunas que, entre outras mensagens criptografadas, indicam: se os movimentos sociais organizados não se comportarem de modo adequado, elas saem da caserna e voltam a reprimir – na verdade, saem em bloco da caserna e voltam a reprimir de maneira concentrada, já que as Forças Armadas, de modo difuso e pontual, direto ou indireto, volta e meia envolvem-se na repressão de movimentos sociais organizados.

Devemos sublinhar aqui a dissipação dos termos convencionais da guerra moderna, assentados em Estados declaradamente em situação de beligerância, com Forças Armadas bem delimitadas, digladiando-se em territórios (relativamente) distantes das populações civis, isto é, a progressiva corrosão dos limites entre “combatentes” e “não combatentes”, espaços “beligerantes” e “não beligerantes”, além da proliferação de atores não estatais. Os civis deixaram de ser vítimas para tornar-se cada vez mais objeto das operações militares. Na Primeira Guerra Mundial, cerca de 5% dos mortos eram civis; na Segunda Guerra, esse número elevou-se para 66%; já nas últimas três décadas do século XX, estima-se que de 80% a 90% dos afetados por guerras sejam civis¹⁵. As atuais operações militares em diversas partes do mundo não se pautam mais pela distinção entre “combatentes” e “civis não combatentes” e muitas vezes transformam extensas faixas hiperpovoadas em “teatro de guerra”. Por outro lado, os próprios conflitos envolvem cada vez mais atores não estatais. O vasto rol de incursões ao redor do planeta são intervenções sem tempo e espaço nitidamente delimitados e sem prazo para acabar: não se trata mais de uma “declaração de guerra” numa ponta e de

¹⁵ Eric Hobsbawm, “A epidemia da guerra”, *Folha de S.Paulo*, 14 abr. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1404200204.htm>>; acesso em abr. 2013.

um “tratado de paz” na outra. A rigor, nem são feitas para serem vencidas, mas apenas para serem tautologicamente executadas. Logo, subjaz a tais procedimentos não exatamente uma vitória militar nos termos delineados pelas relações (modernas) de poder entre os Estados, mas sim uma inviabilização e paralisia para fins de tutela (a ser exercida ao longo do tempo). Tanto a “guerra contra as drogas” quanto a “guerra contra o terrorismo”, por exemplo, não são, exatamente, para serem vencidas, o que torna irrelevante ao *establishment* político internacional se estamos em tempos de “guerra” ou de “paz”. A despeito das promessas de “paz perpétua” e “prosperidade universal”, depois da derrocada do socialismo real o mundo enredou-se numa globalização de conflitos armados, de agregados de violência (denominados por diferentes vias), em que aparatos militares (e paramilitares) foram intensamente reguarnecidos.

Compondo o assombroso quadro das transformações bélicas encontra-se a privatização/terceirização. Avolumam-se pelo mundo as companhias militares privadas ou *private security contractors* (eufemismo para exército de mercenários), que abrigam cerca de mil empresas somente nos Estados Unidos e cerca de 3 mil ao redor do mundo, com crescimento de 300% ao ano desde 2001¹⁶. Algumas pesquisas estimam que esse rentável ramo empresarial movimente cerca de US\$ 100 bilhões ao ano (para outras, de 150 a 200 bilhões ao ano)¹⁷ e empregue de 19,5 a 25,5 milhões de pessoas¹⁸. Ocorre um processo de concentração dessas empresas, e várias delas já possuem cotação em bolsas de valores, atraindo empresas de outras áreas. É possível encontrar laços entre exploração de recursos naturais (como petróleo e minério) e essas companhias militares priva-

¹⁶ Dario Azzellini, “A guerra no século XXI ou a terceirização da guerra”, *Carta Maior*, 10 out. 2009. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16184>; acesso em abr. 2013.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Vivian Fernandes, “Estados depositam segurança global nas mãos de mercenários”, *Brasil de Fato*, 22 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/content/seguran%C3%A7a-global>>; acesso em abr. 2013.

das¹⁹. Nos pulverizados conflitos armados do continente africano, palco de encarniçadas disputas territoriais, essas vinculações sempre tiveram papel de destaque na garantia da rapinagem dos recursos naturais. A *war on drugs* iniciada pelos Estados Unidos no continente americano, cujas manifestações são o Plano Colômbia e as iniciativas Mérida e Carsi, conta com a incisiva atuação das companhias militares privadas²⁰. Outro exemplo nítido é a gestão das “guerras”

¹⁹ A título ilustrativo, vale analisar o caso colombiano. Grande parte da produção de petróleo na Colômbia é realizada com o apoio de mercenários. A petrolífera colombiana Ecopetrol, que atua em conjunto com a norte-americana OXI, contratou os serviços da companhia militar AirScan (da Flórida) para investigar e mapear possíveis “grupos insurgentes” nas cercanias de campos petrolíferos e oleodutos, como o de Caño Limón. Sabe-se que a British Petroleum também contratou serviços análogos de investigação e mapeamento. Como lembra Azzelini (“A guerra no século XXI ou a terceirização da guerra”, cit.), um dos desdobramentos desse tipo de serviço foi o bombardeio da vila de Santo Domingo pelo Exército colombiano, em 1998, causando dezenas de mortes de civis. A motivação foi o combate a “forças insurgentes” na região. A concentração fundiária e a implantação do *agrobusiness* (à custa de uma vasta expropriação de terras de pequenos camponeses) sustentaram-se (e ainda se sustentam) numa lógica belicista, com participação intensa de empresas paramilitares “formais” (como a AirScan) e grupos paramilitares “informais” (como o sangüinário Autodefesas Unidas da Colômbia). No norte da Colômbia, o setor bananeiro contrata os serviços de segurança dos paramilitares “informais” e chega a pagar uma porcentagem por cacho de banana vendido (*idem*).

²⁰ Pelas iniciativas Mérida e Carsi, os EUA financiam e treinam as forças policiais e militares para o “combate ao tráfico de drogas” no México e em países da América Central. O orçamento de 2008, 2009 e 2010 dos EUA, destinado ao México, à América Central e aos países caribenhos, atingiu, respectivamente, US\$ 1,3 bilhão, US\$ 258 milhões e US\$ 32 milhões (Annie Bird, “Estados Unidos querem aumentar presença militar em Honduras”, *Brasil de Fato*, 28 set./3 nov. 2010). O suporte financeiro norte-americano às Forças Armadas colombianas alcançou US\$ 4,35 bilhões entre 2000 e 2009. Possuindo cerca de 44 milhões de habitantes e um território de aproximadamente 1,2 milhão de quilômetros quadrados, a Colômbia apresenta atualmente um contingente militar de mais de 210 mil indivíduos, enquanto a Argentina, que tem cerca de 40 milhões de habitantes e 2,7 milhões de quilômetros quadrados, tem um efetivo próximo a 72 mil e o Brasil, com mais de 190 milhões de habitantes e 8,5 milhões de quilômetros quadrados, possui um efetivo de pouco mais de 300 mil. Os Estados Unidos utilizarão no mínimo sete bases na Colômbia (quatro já existentes e três em fase de acabamento), além de outras no Peru (espe-

no Iraque e Afeganistão: a quantidade de mercenários que atuam nesses países foi estimada em 250 mil, com um aumento de cerca de 23% no segundo semestre de 2009 no Iraque e de cerca de 29% no Afeganistão²¹. Na chamada “zona verde” iraquiana, as empresas estrangeiras em geral possuem mercenários em suas folhas de pagamento. Suas atribuições são diversas: desde a distribuição de correspondência até a operação de armamento altamente sofisticado (como aviões não tripulados e radares), passando pela montagem de acampamentos militares e vigilância de prisões. A coordenação das atividades de mercenários e militares beneficia-se do fato de que grande parte das empresas paramilitares foi fundada por ex-membros das Forças Armadas norte-americanas (ou de países tradicionalmente aliados) e tem participação acionária e administrativa de políticos²². A seleção de membros entre ex-integrantes dos aparatos repressivos das ditaduras militares do continente americano e do regime de *apartheid* na África do Sul é a tônica. No Brasil, foram descobertas as atividades da First Line Consultoria, que utilizava equipamentos oficiais das Forças Armadas e do Centro de Instrução do Gericinó e recrutava e treinava militares da reserva, sobretudo oriundos das tropas de elite (Comandos, Comandos Anfíbios, Mergulhadores de Combate, Brigada de Infantaria Paraquedista etc.)²³.

cificamente na região de Ayacucho, centro da guerra contra o Sendero Luminoso na década de 1980, Santa Lucía, rio Nanay e Iquitos). No Equador, a base aérea de Manta será fechada e transferida para Palanquero, em Puerto Salgar, a 120 milhas ao norte de Bogotá. Além disso, com a restauração da Quarta Frota no Atlântico Sul, em 2008, os EUA ampliaram sua (contumaz) ronda pelo continente (Luiz Alberto Muniz Bandeira, “Colômbia mais militarizada”, *Brasil de Fato*, 13-19 ago. 2009).

²¹ Tatiana Merlino, “Milícias controlam 170 áreas do Rio, aponta CPI”, *Brasil de Fato*, 18-24 dez. 2008.

²² A “política de porta giratória” está na raiz do mercado privado da “guerra” – o caso Blackwater é bem ilustrativo. Ver Jeremy Scahill, *Blackwater: a ascensão do exército mercenário mais poderoso do mundo* (São Paulo, Companhia das Letras, 2008).

²³ Maurício Dias e Rodrigo Martins, “Mercenários *made in Brazil*”, *CartaCapital*, 31 jan. 2007.

Há uma nítida funcionalidade nessa opção “privatista” para os países agressores. Em primeiro lugar, as baixas nas fileiras mercenárias passam despercebidas, contribuindo para escamotear o número de mortos em combate e não suscitar reações sociais ou custos políticos incômodos. No Iraque, calcula-se que morreram no mínimo 2 mil empregados de empresas paramilitares. Em segundo lugar, os países agressores não se responsabilizam em geral pela atuação das empresas de segurança privada e eximem-se de responder a tribunais de justiça nacionais ou estrangeiros, atribuindo os supostos “excessos” às empresas.

Para ressaltar melhor esse fenômeno de terceirização/privatização, é importante enfocar a organização da segurança no interior dos Estados-nações. De acordo com dados da Polícia Federal, existem no Brasil 1.498 empresas legalizadas de segurança privada, com mais de 500 mil vigilantes, e 240 novas empresas solicitam registro a cada ano²⁴. Calcula-se que as empresas privadas de segurança tenham movimentado cerca de R\$ 15 bilhões no Brasil²⁵. No Rio de Janeiro, as empresas legalizadas de segurança privada possuem 242.811 vigilantes, efetivo que excede em mais de quatro vezes o número de policiais civis, militares e federais no estado, e empregam um arsenal de 21.751 armas²⁶. Nos Estados Unidos, a acumulação do poder vigilante, repressivo e punitivo em vigor foi mediada pela terceirização/privatização. Segundo Nils Christie, esse fenômeno também é constatável na Europa, ainda que em escala inferior à dos Estados Unidos²⁷. Assim, nota-se como o “policimento privado” é peça relevante da “indústria do controle do crime”²⁸, que busca colher legitimidade com o emprego de um grande número de agentes públicos (ou ex-agentes públicos).

A organização da segurança no interior dos Estados-nações abarca um fenômeno amplo: a profusão de vários níveis e modalidades de

²⁴ Eduardo Sales de Lima, “Limbo legal da segurança particular”, cit.

²⁵ Idem.

²⁶ “Falta de estrutura é admitida pela PF”. Disponível em: <http://www.marcelo_freixo.com.br/site/noticias_do.php?codigo=313>; acesso em abr. 2013.

²⁷ Nils Christie, *A indústria do controle do crime* (Rio de Janeiro, Forense, 1998).

²⁸ Idem.

preparação para a “guerra” entre os “cidadãos de bem” da chamada “sociedade civil”, indicando uma naturalização do convívio com a violência. Entre outros exemplos, podemos destacar a expansão da posse (legal e ilegal) de armas, o aprendizado de técnicas de defesa pessoal, a blindagem de casas e automóveis, a utilização de câmeras de vigilância, o isolamento em condomínios fechados, a contratação de seguranças privados, a formação de milícias e gangues para a eliminação dos “indesejáveis”. A procura por clubes de tiros no Brasil aumentou em cerca de 500% nos últimos anos. De 2005 a 2008, foram concedidos 4.979 registros para atiradores (que devem ser filiados a um clube) e, de 2008 até meados de 2011, 40.223. Segundo o Exército, responsável pela fiscalização desses clubes, em 2004 havia 14 clubes de tiro oficialmente registrados no país e, em 2011, 534²⁹. Em 2006, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o tráfico de armas calculou que havia no país 17,3 milhões de armas em posse de civis. Segundo dados mais recentes do Sistema Nacional de Armas (Sinarm), até setembro de 2010 havia cerca de 16 milhões de armas de fogo em circulação no Brasil: 8,4 milhões de armas legais (52,4%) e 7,6 milhões de ilegais (47,6%). Desse total, aproximadamente 14 milhões (87%) estão nas mãos de civis e cerca de 2 milhões (13%) estão com o Estado³⁰. No Rio de Janeiro, mais de 1 milhão de armas legais e ilegais estão em circulação, ou seja, 5,7% do total de armas em posse de civis no Brasil. Das armas apreendidas no estado, 75,3% são revólveres e pistolas (calibres 38 e 32, representando 52% do total). Destas, 79,6% são de uso permitido³¹. Estima-se que 260 mil armas estejam nas mãos de empresas de segurança privada (36% desse estoque estão em São Paulo). A fiscalização é de respon-

²⁹ Willian Vieira, “O tiro saiu pela culatra”, *CartaCapital*, 20 jul. 2011, p. 36-41.

³⁰ A pesquisa “Estoques e distribuição de armas de fogo no Brasil” (Viva Rio, 2010) mapeou o total de armas de fogo em circulação no país, segundo quantidade e grupo de usuários, utilizando dados do Sinarm.

³¹ Segundo levantamento realizado por pesquisadores do Viva Rio. Citado e destacado pelo deputado estadual Marcelo Freixo em “CPI no rastro da violência”, disponível em: <http://www.marcelofreixo.com.br/site/noticias_do.php?codigo=188>; acesso em abr. 2013.

sabilidade federal, mas o controle é precário, o que facilita o desvio das armas. Além do mais, o artigo do Estatuto do Desarmamento que previa o uso de munição marcada por parte das empresas privadas de segurança acabou derrubado; com isso, é impossível saber se um projétil utilizado em um crime saiu do estoque de uma empresa de segurança³². É oportuno lembrar o resultado do referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munições no país, realizado em outubro de 2005. O artigo 35 do Estatuto do Desarmamento, que dizia “é proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6 desta Lei”, foi impedido de entrar em vigor. A votação foi arrasadora: 59,1 milhões de votos contrários à proposta de proibição do comércio de armas de fogo e munições, conforme redigido no artigo 35 do Estatuto, e 33,3 milhões de votos favoráveis.

Segundo considerações do projeto de pesquisa Small Arms Survey, do Instituto de Estudos Internacionais de Genebra, o Brasil é um dos maiores fabricantes de armas de pequeno porte (como revólveres e pistolas) e o sexto maior exportador desse tipo de arma. As armas brasileiras de pequeno porte estão em diversos países, como Estados Unidos e Austrália. Dados fornecidos pelo Exército indicam uma produção anual de 2,3 milhões de armas, das quais 1,7 milhão é exportado e 531 mil permanecem no país. Com isso, a cada ano, o Brasil despeja no mercado nacional a mesma quantidade de armas recolhidas durante a Campanha do Desarmamento, realizada pelo Ministério da Justiça entre 2004 e 2005³³. O exame

³² Nesse sentido, durante a audiência da CPI, foi apresentada uma proposta de portaria ao Exército que obriga as fábricas a marcar a munição, não só aquela destinada às forças públicas de segurança, mas também a voltada para o comércio e a exportação, garantindo a possibilidade de rastreamento. A nova portaria previa ainda a marcação de máquinas de recarga de munição, largamente empregadas por empresas de segurança, clubes de tiro e atiradores esportivos. “Diálogo entre Exército e Polícia Civil”, disponível em: <http://www.marcelo-freixo.com.br/site/noticias_do.php?codigo=294>; acesso em abr. 2013.

³³ “Em produção de armas, o Brasil é o 1º mundo”, *Paraná Online*, 25 mar. 2007-19 jan. 2013; disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/canal/rural/news/232150/>>; acesso em abr. 2013. Mariana Araujo, “Contra as armas”,

das armas de fogo apreendidas demonstra que a maioria é de uso permitido para civis e de fabricação nacional. As armas estrangeiras não chegam a 20% do total de apreensões, e a maior parte das armas de uso restrito ingressou no país por compras realizadas em lojas do Paraguai – portanto legais até chegarem às lojas. Essas armas eram preponderantemente de origem brasileira e norte-americana³⁴. É importante ressaltar ainda que, em geral, as munições apreendidas têm origem nacional. Há aqui, portanto, uma tênue separação entre o “legal” e o “ilegal”.

No tocante aos gastos militares mundiais, cabe destacar que, após um breve período de redução entre 1987 e 1998, eles retomaram o ritmo de crescimento. E dispararam depois dos episódios do 11 de Setembro de 2001, na esteira da “guerra contra o terrorismo”. Estima-se que em 2000 os gastos militares no mundo eram de US\$ 1,05 trilhão e em 2011 de US\$ 1,62 trilhão. Embora astronômicas, essas cifras dizem respeito apenas a uma parte dos gastos bélicos, uma vez que é comum a camuflagem desse tipo de dispêndio. Os Estados Unidos lideram com larga vantagem o ranking dos gastos militares mundiais, com US\$ 711 bilhões no ano de 2011. A China é o segundo colocado, com US\$ 143 bilhões. Completam a lista Rússia (US\$ 71,9 bilhões), Reino Unido (US\$ 62,7 bilhões), França (US\$ 62,5 bilhões), Japão (US\$ 59,3 bilhões), Índia (US\$ 48,9 bilhões), Arábia Saudita (US\$ 48,5 bilhões), Alemanha (US\$ 46,7 bilhões) e Brasil (US\$ 35,4 bilhões). Assim, o Brasil ingressa, em 2011, no *top ten* dos gastos militares mundiais³⁵.

Observatório de Favelas; disponível em: <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=1005>; acesso em abr. 2013.

³⁴ A pesquisa “Seguindo a rota das armas: desvio, comércio e tráfico ilícitos de armamento pequeno e leve no Brasil”, realizada em setembro de 2010 pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Viva Comunidade, aponta a procedência, a proporção e o tipo de armas estrangeiras e brasileiras apreendidas na ilegalidade.

³⁵ Conferir “Military Expenditure”, disponível em: <<http://www.sipri.org/yearbook/2012/04>>, acesso em abr. 2013; e “Military Expenditure and Arms Pro-

A propósito, por que tantas armas são produzidas no mundo? O combate ao narcotráfico e ao terrorismo internacional não pode justificar a produção de armas nucleares e caças altamente sofisticados. A dissipação sistemática e permanente de riqueza material em guerras e na preparação para elas transformou-se num mecanismo crucial de mobilização das imensas forças produtivas, transformadas em destrutivas pelo seu transbordamento. Em face dos influxos tecnológico-científicos, o recurso ao mero armazenamento de meios de destruição não é suficiente. A Guerra do Vietnã sinalizou uma sinistra inversão: fundamentalmente, tratou-se de uma guerra para queimar riqueza material – e, com ela, mais de 50 mil norte-americanos, mais de 4 milhões de vietnamitas e grande parte da floresta da região. A lógica da economia de guerra permanente turbinou esse conflito³⁶, que veiculou um fenômeno ao qual podemos chamar de *imperialismo de destruição*: regiões inteiras utilizadas para o consumo destrutivo da máquina econômica do capitalismo. O caráter inteiramente irracional das ações militares no Kosovo, por exemplo, como bem notou Ellen Wood³⁷, expressa a terrível lógica que passou a prevalecer no capitalismo. Destruir tornou-se um *té-los*. E, de certo modo, esse também é o pavoroso conteúdo que se encontra por trás das intervenções no Iraque e no Afeganistão – combinado com um conjunto articulado de interesses, como os petrolíferos e, segundo o pesquisador e professor Michel Chossudovsky, os do domínio da produção de heroína³⁸.

duction”, disponível em: <<http://www.sipri.org/yearbook/2001/04>>, acesso em abr. 2013.

³⁶ Seymour Melman, *Pentagon Capitalism: The Political Economy of War* (Nova York, McGraw-Hill, 1970).

³⁷ Ellen Wood, *Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo* (Rio de Janeiro, Zahar, 1999).

³⁸ Para Chossudovsky, o efeito da guerra no Afeganistão seria o restabelecimento de “um narcorregime, dirigido por um governo fantoche apoiado pelos Estados Unidos”. “É útil recordar que a história do tráfico de droga no Crescente Dourado [Afeganistão, Paquistão e Irã] está intimamente ligada às operações clandestinas da CIA na região. Antes da guerra soviético-afegã (1979-1989), a pro-

Sem a muleta da produção destrutiva da “economia política da guerra”, o sistema capitalista já teria ruído há tempos. Enormes parcelas da classe trabalhadora mundial encontram-se ligadas (direta e indiretamente) à produção de bens e serviços para as Forças Armadas, polícias, companhias militares privadas etc. Portanto, a guerra e a preparação permanente para ela são um elemento indispensável para a subsistência de milhões de pessoas. Os Estados Unidos fornecem os mais flagrantes exemplos. Segundo dados da National Science Foundation, 52,7% dos recursos destinados ao desenvolvimento científico (cerca de US\$ 46 bilhões) são canalizados apenas para o setor militar³⁹. De acordo com os cálculos de Tremblay referentes a 2006⁴⁰, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos empregava 2.143.000 pessoas, enquanto os empreiteiros do sistema de defesa privado empregavam 3.600.000 trabalhadores. No total, havia 5.743.000 postos de trabalho, além de uns 25 milhões de veteranos de guerra. Em suma, nos Estados Unidos cerca de 30 milhões de pessoas (20% da população economicamente ativa) recebiam direta ou indiretamente rendimentos provenientes de despesas públicas militares – e, nesse levantamento, não se inclui o imenso contingente de indivíduos vinculados de maneira direta ou indireta ao aparato vigilante, repressivo e punitivo de combate ao crime. No tocante à mobilização militarizada da sociedade civil (em compasso com Estado e empresas privadas), formou-se nos Estados Unidos

dução de ópio no Afeganistão e no Paquistão era praticamente inexistente [...]. Nessa época, as autoridades americanas recusaram-se a investigar vários casos de tráfico de droga dos seus aliados afegãos. Em 1995, o antigo diretor das operações da CIA no Afeganistão, Charles Cogan, admitiu que a CIA tinha efetivamente sacrificado a guerra à droga pela Guerra Fria” (Michel Chossudovsky, “A única vitória no Afeganistão é a do ópio: a democracia revela-se uma droga menos poderosa”, *resistir.info*, 18 jun. 2004; disponível em: <http://resistir.info/chossudovsky/afeganistao_opio.html>; acesso em abr. 2013).

³⁹ Maurizio Simoncelli, “O poder das armas”, *30 Dias*, n. 11, 2007. Disponível em: <http://www.30giorni.it/articoli_id_16548_l6.htm>; acesso em abr. 2013.

⁴⁰ Rodrigue Tremblay, “The Five Pillars of the U.S. Military-Industrial Complex”, *The New American Empire*, 25 set. 2006. Disponível em: <<http://www.thenewamericanempire.com/tremblay=1038.htm>>; acesso em abr. 2013.

um alentado e espraçado conglomerado de espionagem, com 1.271 agências estatais e 1.931 empresas privadas, localizadas em cerca de 10 mil pontos do país e empregando 850 mil cidadãos. Assim, numa população de 300 milhões de pessoas, aproximadamente uma em cada 350 pessoas é espiã⁴¹. Forjou-se, por conseguinte, um poderoso “bloco histórico” de destruição que visa sua própria perpetuação. A Terra e seus habitantes estão se tornando cobaias de um mega-aparato tecnológico-científico e militar-econômico, movido pelo cego impulso de (auto)expansão incessante que transformou o planeta inteiro em “bucha de canhão”. O laboratório deixa de ser uma “esfera separada” para se (re)integrar, de forma negativa e catastrófica, ao mundo:

As áreas de teste não são suficientes para experimentar os sistemas de armamento. Para verificar sua confiabilidade, eles precisam ser testados em situações extremas, ou seja, durante conflitos. Pensemos nas bombas inteligentes experimentadas em larga escala no primeiro conflito iraquiano ou nos aviões teleguiados, na segunda operação no Iraque e no Afeganistão. E não é só isso. Algumas armas, por sua natureza, não podem ser testadas nas áreas de teste; é o caso, por exemplo, dos projéteis de urânio empobrecido: ainda hoje são pouco conhecidas as consequências para a saúde de civis e militares que se submetem a sua radioatividade. Para armas desse tipo, não se usam áreas de teste [...].⁴²

Mais do que a “militarização da segurança pública”, portanto, podemos captar largas doses de “militarização na vida social”, expressa numa “militarização do cotidiano”. Nesse sentido, o foco de análise deve incidir especialmente sobre o Estado, mas não se restringir a ele. O Estado coloca-se como polo catalisador da militarização em virtude das atribuições transversais que incorporou ao longo do desenvolvimento das relações sociais capitalistas de produção (em especial, depois do advento do *capital monopolista*) e, mais especificamente, das condições e incumbências que adquiriu no quadro global

⁴¹ Yuri Martins Fontes, “O Império está nu”, *Brasil de Fato*, 6 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/5413>>; acesso em abr. 2013.

⁴² Maurizio Simoncelli, “O poder das armas”, cit.

de crise do capital. Mas, quando seguimos os rastros da militarização e das alterações do sistema convencional de coordenadas da guerra moderna e capitalista, constatamos a importância de não fixar o foco no âmbito estatal⁴³. Esses rastros aparecem num contexto de crise capitalista, cuja turbulência atinge frontalmente o Estado e da qual se exigem peripécias dignas do barão de Münchhausen: puxar-se pelos próprios cabelos para fora da “areia movediça” que a está tragando. A fim de dar conta dessa demanda contraditória, haja vigilância, coação, repressão, punição etc. Nesse contexto, o Estado envolve-se progressivamente com tarefas de “administração” e “gestão” desse quadro social em processo de desmantelamento. Na medida em que o próprio Estado também é atingido pelo redemoinho da crise, as tarefas de “gestão” adquirem moldes coercitivos, com características militarizadas. A proliferação de programas pontuais de compensação social (baseados sobretudo em remunerações não salariais e, na maioria dos casos, operacionalizados por intermédio do “terceiro setor”) compõe esse exercício de gestão da crise e da barbárie social galopantes, indicando um encolhimento das respostas institucionais⁴⁴. Dilata-se assim a desconexão entre as exigências sociais (cada vez maiores) e a contrapartida estatal (progressivamente reduzida e limitada à “administração” da crise) e amplia-se a tendência da política de ser exercida em referência primordial ao vetor “segurança”⁴⁵ e incorpo-

⁴³ A propósito, em algumas regiões, o Estado nem mais domina o território correspondente ao Estado-nação e reduz-se a mais uma das várias forças beligerantes que se digladiam por fatias territoriais. No continente africano e asiático isso já não é uma situação incomum.

⁴⁴ Sobre o conceito de barbárie, ver Marildo Menegat, *Depois do fim do mundo*, cit., e *O olho da barbárie* (São Paulo, Expressão Popular, 2006).

⁴⁵ Com isso, a instrumentalização e a exploração da sensação (difusa) de medo, temor, pavor ou, pelo menos, insegurança em consequência da violência nas cidades brasileiras – em especial nas grandes metrópoles, onde até os “pobres” procuram se proteger dos “mais pobres” – servem não apenas de vetor de propaganda política, mas também de plataforma política propriamente dita. Aliás, na última eleição para o governo do Rio de Janeiro, essa tendência manifestou-se amplamente. Tanto a campanha eleitoral quanto as exíguas discussões políticas gravitaram em torno das UPPs.

rar projetos compensatórios de atuação social, numa atmosfera de exaltação do “empreendedorismo” e da “autossustentabilidade”.

No caso do Brasil, vale comparar os gastos internos com “segurança pública” em 2009 (excetuadas as despesas do poder Judiciário, mas incluídas as despesas com prisões) e os gigantescos gastos chineses (inclusive despesas com tribunais) em 2010. A China gastou o equivalente a R\$ 117 por habitante e o Brasil, R\$ 281⁴⁶. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve um aumento de mais de 100% no total de despesas efetuadas com segurança pública entre 2003 e 2008: União, estados, Distrito Federal e municípios gastaram cerca de R\$ 22,5 bilhões em 2003 e declararam gastos de aproximadamente R\$ 41,2 bilhões em 2008. Em 2009, os gastos foram de R\$ 45,6 bilhões e, em 2010, de R\$ 47,6 bilhões⁴⁷. O dispêndio da União com segurança pública cresceu 202% entre 2003 e 2009, enquanto as despesas dos estados e do Distrito Federal, no mesmo período, aumentaram 96%. O Rio de Janeiro registrou um gasto de R\$ 3,7 bilhões em 2009 e de R\$ 3,9 bilhões em 2010. Os municípios declararam um gasto de cerca de R\$ 2 bilhões na área da segurança pública em 2009, o que corresponde a um aumento de 168% em comparação com 2003. Trata-se de uma soma elevada, se levarmos em conta que somente nos anos 2000 os municípios passaram a ter papel mais ativo na área da segurança, vinculado, em grande medida, à manutenção de guardas municipais, defesa civil e/ou subvenções do serviço de policiamento estadual⁴⁸. Há uma tendência em expansão no país, autorizada pelo Estatuto do Desarmamento para municípios com mais de 50 mil habitantes, de introduzir armas

⁴⁶ Eduardo Sales de Lima, “Limbo legal da segurança particular”, cit.

⁴⁷ Ver *Anuário 2010*, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2010, p. 48-9 (disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/node/24104>>; acesso em abr. 2013), e *Anuário 2011*, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2011, p. 42-3 (disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/node/26939>>; acesso em abr. 2013).

⁴⁸ Contudo, outras despesas, como com “políticas urbanas” (limpeza, iluminação pública etc.), ajudaram a compor a atuação dos municípios nas políticas de segurança.

de fogo nas guardas municipais, mediante um convênio com a Polícia Federal. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2009, indica que, dos 865 municípios brasileiros com guarda municipal, 16,3% possuem agentes munidos com armas de fogo⁴⁹. Na pesquisa de 2006, esse percentual era de 14,1%. No Sudeste, 101 dos 318 municípios com guarda municipal adotaram armas de fogo. Em São Paulo, 93 municípios têm guardas municipais armados.

Segundo o Sistema de Informações Penitenciárias (InfoPen), elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), havia cerca de 140 mil pessoas em cárcere no Brasil em 1995; em dezembro de 2005, eram 361.402; no primeiro semestre de 2009, 469.807; e, em junho de 2011, 513.802. O país atingiu, em 2011, o terceiro lugar no ranking mundial de encarceramento, ficando atrás dos Estados Unidos e da China. Cerca de 60% desses encarcerados são negros. Em sua maioria, os atos ilícitos cometidos são “ofensivos ao patrimônio” ou relacionados a drogas e foram praticados por jovens de 18 a 21 anos. Estão disponíveis no país cerca de 300 mil vagas em cárcere, portanto há mais de 500 mil presos apinhados nos presídios. Ainda cumprem penas em delegacias mais de 57 mil indivíduos. O Rio de Janeiro participa dessa intensificação punitiva com uma população carcerária de 179,83 detentos por 100 mil habitantes: em junho de 2011, o estado registrou 28.791 presidiários. Diariamente, cerca de 70 pessoas são levadas a um dos presídios superlotados do estado, segundo informações da Polícia Interestadual⁵⁰. O Brasil engrossa uma tendência global de encarceramento em massa e segregação punitiva, como diminuição da maioridade penal, recrudesci-

⁴⁹ Ver *Perfil dos municípios brasileiros (2009)* (Rio de Janeiro, IBGE, 2010), p. 102. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>>; acesso em abr. 2013.

⁵⁰ Gabriela Pacheco, “Com 3.000 presos em excesso, Rio precisa de mais 7 presídios para resolver superlotação”, *R7*, 19 ago. 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/com-3-000-presos-em-excesso-rio-precisa-de-mais-7-presidios-para-resolver-superlotacao-20110819.html>>; acesso em abr. 2013.

mento da pena privativa de liberdade, expansão da tipificação penal e estabelecimento de condenações obrigatórias mínimas. Mesmo os países europeus, tradicionalmente “menos punitivos”, também tiveram aumentos consideráveis em sua população carcerária. Aliás, o recrudescimento punitivo foi uma das exigências precípua para a inclusão na União Europeia⁵¹.

A protuberante formatação coercitiva do Estado insere-se num turbulento processo de acumulação alarmante de uma reserva de violência na vida cotidiana. Essa acumulação inclui uma teia capilarizada de *violência econômica*⁵² formada pela vasta rede de usurpações, violações e constrangimentos da exploração da força de trabalho, cujos tentáculos alcançam trabalhadores “formais”, “semiformais” e “informais” em escalas distintas. E, mais do que a um processo quantitativo, refere-se à lógica de acumulação capitalista, que pode ser dimensionada pela hipertrofia do complexo industrial-militar e sua ligação com a maioria dos ramos produtivos do capitalismo tardio, pelo inchaço da dimensão estatal coercitiva e suas ressonâncias em outras dimensões da organização estatal, pelo agigantamento do mercado privado de segurança e seus impactos econômicos e políticos, pela avassaladora experiência cultural da violência e sua naturalização no interior da sociedade civil etc. Emanada das próprias *condições econômicas* capitalistas⁵³, a violência econômica opera cotidianamente como uma *muda coação*, que num contexto social assolado pela crise amplifica-se e entrelaça-se mais com a *violência extraeconômica*⁵⁴. As engrenagens da produção de mercadorias, marcadas pela *abstração* perante o conjunto da vida social, catapultam os trabalhadores a cometer atos prejudiciais à sociedade e à natureza, passíveis de serem reprovados por eles próprios. Entretanto, essas engrenagens continuam a funcionar, propulsando os mecanismos sistêmicos de

⁵¹ Loïc Wacquant, *As prisões da miséria* (Rio de Janeiro, Zahar, 2001).

⁵² Karl Marx, *O capital*, Livro I (São Paulo, Boitempo, 2013).

⁵³ Idem, *O capital*, Livro II (São Paulo, Boitempo, no prelo).

⁵⁴ Idem, *O capital*, Livro I, cit.

adesão constituídos pelo imbricamento entre a violência econômica e a extraeconômica.

A enxurrada de homicídios no Brasil, manchada pela seletividade econômica, étnica e espacial, aloja-se no andamento do processo democrático. Dado o enredamento crescente da violência com os regimes democráticos, cria-se um problema nestes tempos de “ode à democracia”: a manutenção da própria democracia como um persistente *estado de exceção* sob os influxos das leis férreas da acumulação capitalista. Ocorre um espalhamento da “exceção” (incrustada na “regra”), em nome da defesa da própria “regra”, cuja reprodução, contudo, é cada vez mais envolvida pela “exceção” (e dependente dela). Esquisito, não? Mas os experimentos de regulação social armada no Rio de Janeiro têm muito a revelar sobre essa esquisitice... Assim, se ao longo do século XX o processo de militarização institucional e da sociedade civil representou em geral um sismógrafo dos abalos do poder legalmente instituído e um nutriente da ascensão dos regimes ditatoriais, a militarização atual desenvolve-se associada a um fortalecimento institucional e ideológico do chamado regime democrático. É por aí que as coisas caminham, ou melhor, correm na estilizada “Cidade Olímpica”, autoproclamada “maravilhosa”. Com “guerra”, “pós-guerra” ou “sem guerra”, o Rio de Janeiro oferece experimentos de regulação social armada com intensas doses militaristas.